

**Câmara Municipal
de
Ponte da Barca**

Divisão de Administração Geral e Finanças

Reunião Nº 11/2016

Assunto:

REUNIÃO ORDINÁRIA
DO DIA 19 de maio de 2016



CÂMARA MUNICIPAL
DE
PONTE DA BARCA

<u>SUMÁRIO:</u>	Fl.
01- Abertura	1
02- Antes da ordem do dia	2-3
03- Balancetes	3
04- Pagamentos	4
05- Decisões do Presidente	-
06- Obras públicas.....	4-5
07- Fornecimentos diversos	-
08- Obras particulares.....	5
09- Pessoal	5-6
10- Requerimentos diversos	-
11- Expediente diverso	-
12- Deliberações diversas	6-19
13- Outros assuntos	-
14- Encerramento	19



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE

PONTE DA BARCA

ATA Nº 11/2016

Data da Reunião: Dezanove de maio de dois mil e dezasseis

Local da Reunião: Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho

Presidiu: ANTÓNIO VASSALO ABREU

Presenças

Presidente:

António Vassalo Abreu

Vereadores:

Armindo José Sousa da Silva

Sílvia Manuela Carneiro Amorim Torres

Michael da Costa Sousa

Irene da Silva Dantas

Olinda Pereira de Oliveira Barbosa

Início da Reunião: Dezassete horas e trinta minutos

Encerramento: Dezanove horas e quarenta minutos

Secretariou a reunião: Dr^a Aida Maria Boalhosa Pereira

Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:

Prestou Colaboração Técnica:

OBS:

----- A ata foi aprovada em minuta. -----



PONTO Nº: 2 ANTES DA ORDEM DO DIA**I – AUSÊNCIAS E SUBSTITUIÇÕES**

- O senhor Vereador, José Alberto Pontes, não esteve presente na reunião ordinária do executivo camarário, por se encontrar em representação do Município. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

- Na sequência de pedido formulado pelo senhor Vereador Independente, Augusto Marinho, procedeu-se à substituição pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Michael Sousa, em conformidade com o artigo 79º, da Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

- Na sequência de email enviado pelo senhor Vereador do PS, Ricardo Armada, registado sob o nº 4715, e email enviado pelo senhor Manuel Joaquim Gonçalves Pereira, registado sob o nº 4724, foi o senhor Vereador do PS, Ricardo Armada, substituído pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Irene da Silva Dantas, em conformidade com o artigo 79º, da Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro. -

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II – INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO VASSALO ABREU E DOS SENHORES VEREADORES

O senhor Presidente da Câmara, Vassalo Abreu, procedeu à abertura da reunião começando por saudar todos os presentes. O senhor Presidente da Câmara deu as boas vindas à senhora Irene Dantas pela sua presença, pela primeira vez, neste órgão executivo municipal. Apresentou um Voto de pesar pelo falecimento do trabalhador Manuel Taveira Barbosa, tendo sido subscrito por todos. Deu conhecimento à excelentíssima câmara de que já está elaborado o ofício a convidar a sua santidade, Papa Francisco para visitar Ponte da Barca, aquando do centenário das aparições da Nossa Senhora no Barral. Deu conta de que o Diretor Regional da Cultura visitou este Município. Deu conhecimento à excelentíssima câmara de que é intenção deste município comprar um prédio urbano, situado junto ao Mosteiro de Vila Nova de Muia, com vista a salvaguarda de património classificado que, pelo seu estado de degradação, corre o risco de desaparecimento. A sua aquisição integra-se, ainda, no objetivo da instalação do Centro do Românico do Alto Minho, projeto que irá ser candidatado no aviso NORTE-14-2016-03, Património Cultural. Disse que o Ministro da Economia vai visitar este Município na segunda quinzena de junho. Esteve presente no aniversário da APPACDM. Fez ainda saber que se procedeu à apresentação pública da iniciativa 'Barca Jovem' e que Ponte da Barca aderiu ao projeto Eco-escolas, tendo já decorrido a cerimónia de receção dos testemunhos do Município de Ponte de Lima. Informou, ainda, da realização da XXIII edição da Feira do Livro com o êxito a que já nos habituou. Por último, deu conta da sessão de apresentação da proposta de revisão do Plano Estratégico Municipal, que decorreu nos Paços do Concelho.

O senhor Vereador, Armindo Silva, iniciou a sua intervenção saudando os presentes, em particular a senhora Irene Dantas por ser a sua primeira participação numa reunião deste órgão municipal. O senhor Vereador fez algumas considerações sobre a sessão de apresentação da proposta de revisão do Plano Estratégico Municipal. Voltou a referir da necessidade de uma intervenção urgente nas estradas degradadas do concelho.

A senhora Vereadora, Olinda Barbosa, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Questionou o senhor Presidente do ponto da situação das transferências para as juntas de freguesia. Sublinhou o facto da necessidade da construção de casas mortuárias em algumas freguesias e atribuição de apoio financeiro para a sua construção. Questionou, igualmente, o senhor Presidente pelo ponto da situação da localização da secção do tribunal de família e de menores. O senhor Presidente prestou os devidos esclarecimentos.



O senhor Michael Sousa, em substituição do senhor Vereador, Augusto Marinho, iniciou a sua intervenção saudando os presentes, em particular a senhora Irene Dantas pela sua presença neste órgão. Disse que a falta de recursos humanos no centro escolar de Castro compromete o seu regular funcionamento, sendo necessário a adoção de medidas.

A senhora Irene Dantas, em substituição do senhor Vereador, Ricardo Armada, saudou os presentes e agradeceu a forma carinhosa como a receberam, sendo uma honra para ela estar neste órgão municipal.

A senhora Vereadora, Sílvia Torres, iniciou a sua intervenção saudando os presentes, em particular a senhora Irene Dantas pela sua presença, pela primeira vez, neste órgão municipal. Disse que a "Festa das Tradições" correu muito bem, apesar do fim de semana chuvoso. Felicitou o envolvimento das associações concelhias e grupos folclóricos que se empenham sempre com muito brio. O concurso pecuário teve uma adesão enorme com mais de cem exemplares a concurso. Do vasto programa da Feira do Livro disse que restam ainda momentos muito interessantes, tendo destacado o seguinte: workshop de ilustração infantil, concerto musical, showcooking e apresentação do livro com a Eva Gonçalves, tertúlia alusiva à importância da literatura e apresentação de livros Joaquim Fernandes; Luís Moura Serra e Inês Pedrosa. Sublinhou o envolvimento do Agrupamento de Escolas e Epralima na participação das atividades da Feira do Livro. Das atividades futuras destacou a realização do concurso rainha das vindimas a 4 de junho e a festa do ballet.

Relativamente ao estado de degradação das estradas municipais, o senhor Presidente disse ter plena consciência da necessidade de uma intervenção urgente, mas não existe financiamento para a execução dos trabalhos .

III – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA:

12.11. - CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO ATÉ 1.500.000 EUROS

- Tribunal de Contas – Processo 931/2016 -

- Alteração do Texto Contratual -

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 06 DE MAIO DE 2016:** - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião, realizada no dia seis de maio corrente, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da respetiva reunião. Absteve-se a senhora Irene Dantas, em substituição do senhor Vereador do PS, Ricardo Armada, por não ter estado presente na mesma. -----

PONTO N°: 3 - BALANCETES

3.1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria relativo ao dia 19/05/2016, que apresentava o seguinte saldo:

Dotações Orçamentais.....620.777,10€

Dotações Não Orçamentais.....369.797,24€



PONTO Nº: 4 - PAGAMENTOS**4.1. - PAGAMENTOS RATIFICADOS**

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 1226 a 1346 inclusive, no valor de 307.015,75 €.

4.2. - DESPESA

----- Durante o período compreendido entre o dia 03/05/2016 e o dia 16/05/2016, inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado.....	323.132,43 €
Compromissado.....	281.437,07 €
Liquidado.....	424.986,87 €
Pago.....	454.809,79 €
Operações não Orçamentais.....	49.988,55 €

PONTO Nº: 6 - OBRAS PÚBLICAS**6.1. - SONORGÁS – SOCIEDADE DE GÁS DO NORTE, SA****- Execução de rede de distribuição de gás na EM 532 -**

- Presente ofício da empresa Sonorgás – Sociedade de Gás do Norte, S.A., registado sob o nº 4335, em 10/05/2016, a informar, na qualidade de concessionária da rede de distribuição de gás deste Município, a necessidade de execução da ampliação da rede de gás na EM 532, numa extensão de 3.619 m, abrangendo troço desta estrada nas freguesias que compõem a União das freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas.

- Sobre o assunto, pela Divisão de Administração e Conservação do Território foi emitida a informação que se transcreve: "O ofício em anexo diz respeito a comunicação da empresa Sonorgás - Sociedade de Gás do Norte, S.A., concessionária da rede de distribuição de gás do Município de Ponte da Barca, no qual refere a necessidade de execução da ampliação da rede de gás na EM 532, numa extensão de 3.619 m, abrangendo troço desta estrada nas freguesias que compõem a União das freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas.

Relativamente ao referido e ao teor do ofício, em anexo, somos a informar o seguinte:

1 - A Câmara Municipal. encontra-se a levar a efeito a empreitada "Retificação e Pavimentação da Estrada Intermunicipal n.º 532";

2 - Os trabalhos de expansão da rede envolveram a abertura de vala na extensão referida;

3 - A abertura de vala interfere com os trabalhos de pavimentação da via;

4 - Dever ser executada a abertura de vala durante a execução da empreitada em causa, de forma a não danificar o pavimento que se irá executar;

4 - A expansão da rede de gás irá conduzir ao alargamento do número de munícipes com acesso a esta infraestrutura, com a consequente melhoria sócio-económica inerente.

Face ao referido supra propõem-se à Câmara Municipal que:

a) Autorize a execução da expansão de rede de gás pretendida e que a mesma se efetue antes da pavimentação;



- b) Que para o efeito a Câmara Municipal autorize que se suspenda parcialmente a obra pelo prazo de 180 dias ou até que se conclua os trabalhos de instalação das condutas de gás;
- c) Que se notifique o adjudicatário da obra e a empresa concessionária da rede de gás das deliberações tomadas;
- d) Logo que cessem as razões que originaram a suspensão, se notifique o adjudicatário da empreitada para que se proceda ao reinício dos trabalhos suspensos;
- e) Que aquando do reinício dos trabalhos se notifique o adjudicatário da empreitada para que apresente novo plano de trabalhos que reflita a suspensão em causa." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, concordar com a informação dos Serviços, nomeadamente o proposta na parte final da mesma. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, que ditaram para a ata a seguinte Declaração de Voto: "Abstemo-nos porque esta deliberação é tardia e denota que esta obra não foi planeada e programada". Absteve-se o senhor Michael Sousa, em substituição do senhor Vereador Independente, Augusto Marinho, que ditou para a ata a seguinte Declaração de Voto: "Aprovamos a expansão da rede de gás, no entanto, a suspensão pelo período de 180 dias é excessiva devendo haver outra dinâmica nos trabalhos." -----

PONTO Nº: 8 - OBRAS PARTICULARES

8.1. - PROJETO DE ARQUITETURA

José Dinis Araújo da Fonte, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de construção de moradia unifamiliar tipologia T3, sita no lugar de Peneirada, freguesia de Bravães - processo LE-EDI n.º 10/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 03/05/2016.

Franclim Pereira Lopes, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de reconstrução de moradia unifamiliar tipologia T3, sita no lugar de Tamente, Entre Ambos-os-Rios, da União de Freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil - processo LE-EDI n.º 20/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 03/05/2016.

Jorge Barbosa de Sousa, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de construção de moradia unifamiliar tipologia T3, sita no Coval, freguesia de Crasto - Processo LE-EDI n.º 19/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 04/05/2016.

8.2. - PROJETO DE COMPLEMENTARES

Carlos Manuel Monteiro da Silva, a requerer aprovação dos projetos de especialidade da obra de alteração de ampliação de arrumos e churrasqueira em moradia unifamiliar, sito no lugar de Real de Cima - Ruivos, da União de freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas - processo LE-EDI n.º 54/2014. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 16/05/2016.

PONTO Nº: 09 – PESSOAL

9.1. - PROPOSTA DE MOBILIDADE E AFETAÇÃO À EQUIPA MULTIDISCIPLINAR

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve:
"Considerando os fundamentos constantes na informação interna n.º 2282, de 18 de março de 2016 do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico;
Considerando que a trabalhadora Maria das Dores Alves de Freitas com a carreira e categoria de Assistente



Operacional, se encontra a exercer as funções inerentes à carreira e categoria de Assistente Técnico; Considerando que a trabalhadora ao nível das habilitações literárias é detentora do décimo segundo ano de escolaridade;

Considerando que existe posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal de 2016, assim caracterizado:

- Carreira/categoria: Assistente Técnico/Assistente Técnico;

- Atribuições/competências/atividades: Acompanhamento administrativo dos procedimentos de operações urbanísticas. Apoio administrativo aos processos de aquisição de estudos e projetos. Tratamento do expediente e arquivo dos documentos inerentes à Equipa Multidisciplinar. Formalização de atos administrativos relacionados com a plataforma eletrónica de compras (Vortal).

- Perfil de competências: Realização e orientação para os resultados; Adaptação e melhoria contínua; Trabalho de equipa e cooperação; Responsabilidade e compromisso com o serviço; Orientação para o serviço público; Conhecimento e experiência; Organização e método de trabalho

Considerando que há conveniência para o interesse público, designadamente economia, eficácia e a eficiência dos serviços da Câmara Municipal, ao nível da execução de funções administrativas de Assistente Técnico no Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, para que se opere a mobilidade, pois permite recorrer a trabalhadores da própria autarquia, para colmatar necessidades de recursos humanos, sem com isto aumentar o número de postos de trabalho e ao mesmo tempo rentabilizar os recursos humanos existentes;

Considerando que a trabalhadora Maria das Dores Alves de Freitas, com a categoria de Assistente Operacional enquadra-se no perfil exigido;

Considerando que existem fundos disponíveis à data;

No uso da competência que me confere a al. a), do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e de acordo com o previsto nos artigos 92.º a 97.º e 153.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, no n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e n.º 1, do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, proponho que se opere a mobilidade inter carreiras à trabalhadora Maria das Dores Alves de Freitas, pelo período de 18 meses, para a carreira e categoria de Assistente Técnico e que fique afeta ao Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 16 de maio de 2016

O Presidente da Câmara,

António Vassalo Abreu"

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente proposta. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PSD – Armindo Silva e Olinda Barbosa e o senhor Michael Sousa, em substituição do senhor Vereador Independente, Augusto Marinho. -----

PONTO Nº: 12 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS

12.1. – CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO "URBANIZAÇÃO DAS FONTAÍNHAS"

- Liquidação -

- Presente ofício do Administrador do Condomínio do Edifício Urbanização das Fontaínhas, registado sob o nº 4354, em 11/05/2016, a solicitar a liquidação do pagamento do condomínio, referente à fração EX, propriedade desta Câmara Municipal, no valor de 488,03 €. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, mandar pagar. -----



12.2. - PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE E O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

- Cedência do edifício da Central Hidroelétrica de Paradamonte - Ponte da Barca -
- Aprovação de minuta -

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a minuta do protocolo que se transcreve:
"O presente protocolo é celebrado entre a Agência Portuguesa do Ambiente, adiante designada como primeira outorgante e representada pelo Diretor Regional da ARH do Norte Eng.º José Carlos Pimenta Machado, o Município de Ponte da Barca, adiante designado como segundo outorgante, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Vassalo de Abreu e a EDP, representada por... e adiante designada como terceira outorgante, tendo em vista a cedência do edifício referenciado como Central Hidroelétrica de Paradamonte situada em Ponte da Barca, pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante.
Considerandos:

O aproveitamento hidroelétrico do Lindoso, situado em Paradamonte, freguesia de Britelo, concelho de Ponte da Barca, foi concessionado através do alvará real publicado no Diário do Governo de 16 de fevereiro de 1907, pelo prazo de 99 anos, tendo sido em 2010, transferida a titularidade para EDP- Gestão de Produção, SA;

Com a construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Lindoso a barragem e respetiva albufeira foram desativadas, tendo este aproveitamento passado apenas a utilizar a água proveniente de captações realizadas em alguns afluentes do rio Lima;

O aproveitamento não se encontra em funcionamento desde 4 de dezembro de 2012 pelo que nos termos da concessão e do disposto no artigo 36º do D.L. nº 226-A/2007, de 31 de maio, deverá o Estado tomar posse administrativa dos bens que constituem a concessão e que para ele reverterem;

A Câmara Municipal de Ponte da Barca demonstrou o seu interesse na fruição das instalações da Central de Paradamonte, comprometendo-se a fazer os investimentos necessários à sua musealização e torna-las visíveis para o público, bem como permitir a interpretação e compreensão das demais infraestruturas anexas;

A história da indústria hidroelétrica nacional começa em Ponte da Barca, mais precisamente em Paradamonte, lugar da freguesia de Britelo, em 1922. A importância da Central Hidroelétrica de Paradamonte advém do facto de ter sido pioneira no aproveitamento hidroelétrico em Portugal, por iniciativa de uma empresa espanhola designada Electra del Lima, criada em 1908 e que se comprometeu a aproveitar as águas do Lima para o fim energético;

A Central de Paradamonte foi dotada dos melhores equipamentos de produção existentes à data tendo sido em 1921 instaladas as primeiras máquinas Escher Wyss e General Electri;

Em 1922 é inaugurada a barragem de Lindoso e a sua Central de Paradamonte, com uma potência instalada de 8750KvA, um valor considerável para a realidade europeia de então. Nos anos 30, 40 e 50, houve necessidade de reforço do painel mecânico da Central para aumento da produção, tendo sido adquiridos grupos verticais Voith-Siemens e Escher Wyss-Brown Boveri. Em 1951, a potência de produção atingiu um auge de 92500KvA.

A partir de 1992, após a inauguração da Barragem do Alto Lindoso, a Central de Paradamonte passou a ter um papel secundário na produção elétrica, e hoje já não é incluída no ciclo produtivo;

Em Ponte da Barca, a presença da indústria elétrica tornou-se indispensável fazendo parte da memória coletiva e assim deverá ser preservada;

A Central de Paradamonte é um ícone da arqueologia industrial de Portugal e é desejo da população de Ponte da Barca e da autarquia que possa renascer enquanto unidade interpretativa do antigo ciclo produtivo, a par das iniciativas já desenvolvidas no âmbito do Percorso da Hidroeletricidade e das visitas guiadas à Barragem de Alto Lindoso, numa parceria entre a EDP e o Município. Pretende-se enfatizar a exploração da água e as suas marcas no território com elevado potencial turístico, explicando ao visitante como decorria todo o processo de produção elétrica (desde a captação da água, à sua condução e posterior

aproveitamento energético), levando-o a percorrer não só a Central mas as suas estruturas complementares industriais (poços, levadas, linhas) e ainda percorrer o lugar de Paradamonte e conhecer as infra-estruturas de apoio social e cultural da aldeia;

A criação desta unidade interpretativa insere-se na Rede Interpretativa do Património de Ponte da Barca, consolidada nos anos de 2014-2015 e que agrega, em sistema de complementaridade, o Centro Interpretativo do Património "Fernão de Magalhães" e o Núcleo Expositivo da Torre de Menagem do Castelo de Lindoso, numa simbiose de estratégias de índole patrimonial, ambiental e turística;

A EDP – Gestão da Produção de Energia. SA comunicou à APA que o aproveitamento em causa não reúne as condições mínimas para que a Central possa continuar a ser explorada para produção de energia elétrica tendo em consideração a construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Lindoso e a consequente demolição da antiga barragem, a partir da qual era fornecida a água turbinada na central de Lindoso;

Entende a APA que face à inatividade do aproveitamento estão reunidas as condições impostas pelo contrato e pela lei em vigor, para a reversão dos bens que constituem a concessão para o Estado;

O procedimento de reversão envolve várias entidades e o tempo necessário para a sua conclusão não se compadece com os prazos indicados pela Autarquia como perentórios para a apresentação de uma candidatura ao novo quadro de financiamento comunitário "Portugal 2020";

A cedência da utilização do imóvel pela APA ao Município de Ponte da Barca está igualmente sujeito a um procedimento de autorização previsto no D.L. 280/2007, de 7 de agosto que cumpre obter logo após concluído o procedimento de reversão;

Urge no entanto, e até à finalização dos formalismos legais obrigatórios, encontrar um meio de preservar o património que se pretende valorizar e divulgar, pelo que é celebrado o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Artigo 1º.

Objeto do protocolo

1 – O presente protocolo tem como objeto a cedência pela primeira outorgante à segunda outorgante do edifício denominado Central Hidroelétrica de Paradamonte, situado em Ponte da Barca.

2 – Até à finalização do processo de reversão do aproveitamento hidroelétrico do Lindoso para o Estado, a terceira outorgante e atual concessionária dá o seu assentimento e colaboração à cedência.

Artigo 2º.

Reversão

A cedência da utilização do edifício não prejudica o início imediato do processo de reversão para o Estado dos bens que constituem o aproveitamento hidroelétrico, nos termos do contrato e da lei.

Artigo 3º

Duração da cedência

A cedência do edifício pela primeira outorgante à segunda outorgante faz-se a título precário, pelo período de dez anos, renováveis, por acordo entre as partes e na condição da obtenção de autorização da entidade competente, nos termos do disposto no D.L. nº 280/2007, de 7 de agosto.

Artigo 4º

Obrigações do Município de Ponte da Barca

1 - A cedência é efetuada pela primeira outorgante à segunda outorgante para que sejam criadas no edifício, as condições para a instalação de uma unidade interpretativa inserida na Rede Interpretativa do Património de Ponte da Barca;



2 – O Município de Ponte da Barca poderá realizar intervenções que permitam manter a segurança e preservação das instalações e dos equipamentos aí existentes e todas as necessárias à instalação da unidade museológica;

3 – A Câmara Municipal não poderá utilizar o edifício para qualquer atividade com fins lucrativos.

Artigo 5º

Obrigações da EDP – Gestão da Produção de Energia

1 – A EDP – Gestão da Produção de Energia, SA prestará a colaboração necessária para a concretização do projeto municipal;

2 – A EDP assegura a manutenção do canal de derivação, numa extensão de 6800 metros e da câmara de carga com cerca de 180000 m3 de capacidade, até à finalização do processo de reversão.

3 – Após a reversão a EDP Produção assegurará a manutenção das estruturas referidas no número anterior, através de um aditamento à concessão que detém do Aproveitamento de Alto Lindoso.

Artigo 6º

Contrapartidas

1 - Todas as obras de manutenção, conservação e instalação da unidade museológica do edifício e os encargos com o projeto passam a ser efetuadas pela segunda outorgante a partir da data da assinatura do presente protocolo e enquanto este se mantiver em vigor e constituem contrapartida pela utilização do edifício;

2 – Todas as obras de manutenção e conservação do canal de derivação e da câmara de carga continuarão a ser encargos da terceira outorgante.

Artigo 7º.

Cláusula de salvaguarda

O presente protocolo será revogado se ao edifício for dada qualquer outra utilização que não seja a prevista na Cláusula 4ª ou se não for possível obter a autorização prevista na Cláusula 3ª.

Porto, ... de maio de 2016

Pela APA, IP

Pimenta Machado

Pelo Município de Ponte da Barca

António Vassalo de Abreu

Pela EDP – Gestão da Produção de Energia, SA

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta. -----

12.3. - CIM – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO

- Envio de fatura -

- Presente ofício da CIM – Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, registado sob o nº 4094, em 05/05/2016, a remeter fatura nº 219/2016, no valor de 274,42 €, relativa à comparticipação nas despesas do Canil Intermunicipal – 1º trimestre de 2016. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, mandar pagar. -----



12.4. - CIAB – CENTRO DE INFORMAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DE CONSUMO
- Envio de fatura -

- Presente ofício da CIAB - Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo, registado sob o nº 4054, em 05/05/2016, a remeter fatura nº 20/2016, no valor de 704,87 €, relativa à comparticipação do 1º semestre, bem como à quota anual de 2016. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, mandar pagar. -----

12.5. - ÁREA ALTO MINHO – AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE
- Envio de Fatura -

- Presente ofício da Área Alto Minho – Agência Regional de Energia e Ambiente, registado sob o nº 3175, em 29/03/2016, a remeter fatura nº 6/2016, no valor de 1.000,00 €, relativa à quota de associado, referente ao ano de 2016. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, mandar pagar. -----

12.6. - PORTO E NORTE – TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL
- Envio de Faturas -

- Presente ofício do Porto e Norte - Turismo do Porto e Norte de Portugal, registado sob o nº 2954, em 18/03/2016, a remeter fatura nº 00/348, no valor de 1.500,00 €, referente à quota ano de 2014 e fatura nº 00/349, no valor de 1500,00 €, referente à quota de 2015. -----

- Sobre o assunto, pela Unidade de Finanças e Gestão Patrimonial foi emitida a informação que se transcreve: "Tratando-se de pagamento de quotas referentes aos anos 2014 e 2015, este assunto deve ser submetido a deliberação do órgão executivo. A quota de 2014 foi paga através da Ordem de Pagamento nº 965 de 23-03-2016, solicitando-se a ratificação do despacho do senhor Presidente, bem como aprovação do pagamento da quota de 2015. Solicito autorização para introdução na próxima reunião de Câmara."

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 23/03/2016, exarado na ordem de pagamento nº 965, da mesma data, relativa à quota do ano de 2014, bem como mandar pagar a quota referente ao ano de 2015. -----

12.7. - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E O RANCHO FOLCLÓRICO E ETNOGRÁFICO DE PONTE DA BARCA

- Proposta -


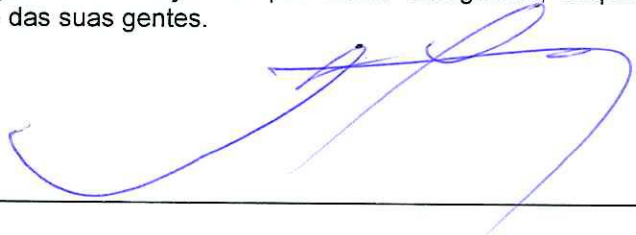
- Aprovação de Minuta -

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que, o Município de Ponte da Barca, nas suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução de interesses próprios comuns e específicos da população do concelho, nomeadamente para a sua promoção e desenvolvimento.

Considerando que, os interesses públicos que à Autarquia competem podem ser concretizados, quer através de investimentos próprios, quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

Considerando que, a atividade desenvolvida pelos Grupos/ Ranchos Folclóricos promovem a difusão da herança cultural das diversas regiões do país, com os seus trajes, as suas danças e reportório (letras e músicas).

Considerando a necessidade de preservação e valorização do património etnográfico, enquanto marca distinta da identidade cultural de uma terra e das suas gentes.



Considerando o forte enraizamento nas comunidades locais, por parte dos Grupos/ Ranchos Folclóricos.
Considerando a importância da participação da comunidade local no desenvolvimento das atividades culturais, nomeadamente na Romaria de S. Bartolomeu, na apresentação de um Festival de Folclore.
Considerando a necessidade do estabelecimento e reforço das ligações entre a Autarquia e os Grupos/ Ranchos Folclóricos na persecução de interesses comuns.

Considerando o disposto na alínea o) do nº1 do artigo 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro,
Proponho, a celebração de um Protocolo de colaboração com o Rancho Folclórico e Etnográfico de Ponte da Barca nas seguintes condições:

1 - O Município compromete-se a assumir os encargos relativos ao transporte para quatro deslocações, para que se realizem as permutas necessárias para a realização do Festival Folclórico de Ponte da Barca, Romaria de S. Bartolomeu 2016.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 17 de maio de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

António Vassalo Abreu"

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

O Rancho Folclórico e Etnográfico de Ponte da Barca, pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural nas suas mais diversas vertentes, nomeadamente no campo da Etnografia, Danças e Cantares da Região.

Assim:

Nos termos do disposto na alínea o do nº1 do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea aa) do nº 1 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

e

O Rancho Folclórico e Etnográfico de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 502092467, devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção do referido Rancho;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e o Rancho Folclórico e Etnográfico de Ponte da Barca, acordam na cedência, para o referido Rancho, de transporte para quatro deslocações, para que se realizem as permutas necessárias para a realização do Festival Folclórico de Ponte da Barca, Romaria de S. Bartolomeu 2016.

Cláusula 2ª.

As deslocações previstas na Cláusula 1ª serão apenas efetuadas em território nacional. A cada deslocação corresponde uma viagem de ida e uma de regresso.

Cláusula 3ª.

As despesas tidas com combustível, portagens, motoristas no decurso das deslocações serão da



responsabilidade do Município de Ponte da Barca.

Cláusula 4ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição.

Ponte da Barca, de de 2016.

Pelo Município de Ponte da Barca

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca

António Vassalo Abreu

Pelo Rancho Folclórico e Etnográfico de Ponte da Barca

Presidente da Direção

António Araújo”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta e minuta do protocolo a celebrar. -----

12.8. - ADENDAS AOS PROTOCOLOS - ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DE CRASTO E CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS

- Presente informação interna nº 1057, da Divisão de Desenvolvimento Social, registada sob o nº 1963, em 09/03/2016, que se transcreve: “Em reunião do órgão executivo municipal de 17 de agosto de 2015 foi aprovada a minuta do protocolo a celebrar com a Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Crasto e o Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, tendo por objeto definir uma parceria entre esta Edilidade e as referidas entidades, com vista à confeção das refeições, no Centro Escolar de Crasto e de Entre Ambos-os-Rios.

Sucede que, por força da publicação do Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro, o valor da retribuição mínima mensal garantida, para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2016 e 31 de julho de 2016, passa a ser de 530 euros.

Assim, em anexo seguem as respetivas adendas aos protocolos, bem como os mapas demonstrativos dos custos para submeter à próxima reunião de câmara.”

ADENDA AO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DE CRASTO – ANO LETIVO 2015-2016

O Município de Ponte da Barca, titular do cartão de identificação de entidade equiparado a pessoa coletiva número 505676770, representado por António Vassalo Abreu, na qualidade de Presidente da Câmara, e

A Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Crasto, titular do cartão de identificação de entidade equiparado a pessoa coletiva número 503176451, representada por Paulo Jorge Meneses Fernandes, na qualidade de Presidente da Direção.

Em reunião do órgão executivo municipal de 17 de agosto de 2015 foi aprovada a minuta do protocolo a celebrar com a Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Crasto, tendo por objeto definir uma parceria entre esta Edilidade e a identificada Associação, com vista à confeção das refeições, do Centro Escolar de Crasto.

Esta parceria estabelece as condições para a transferência financeira, calculadas na base de valores legalmente em vigor àquela data.

Sucede que, por força da publicação do Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro, o valor da



retribuição mínima mensal garantida, para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2016 e 31 de julho de 2016, passa a ser de 530 euros.

Assim sendo, este Município e a citada Associação, concordam com a adenda, que se expressa através da cláusula seguinte, e passa a fazer parte integrante do texto do protocolo vigente, com efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2016.

Cláusula Primeira Âmbito

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro, o número 1 da cláusula terceira do protocolo celebrado no dia 17 de agosto de 2015, passa a ter a seguinte redação:

1 - A Câmara Municipal compromete-se a transferir para a Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Crasto, mensalmente, conforme o estipulado na cláusula segunda, o valor de 806,80 euros até Dezembro e 846,32 euros a partir de janeiro, conforme mapa demonstrativo, em anexo.

A presente adenda é lavrada em duplicado e vai ser assinada pelos representantes do Município de Ponte da Barca e da Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Crasto, sendo autenticada com selo branco ou carimbo e ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

Ponte da Barca, de de 2016

O Presidente da Câmara

António Vassalo Abreu

O Presidente da Direção

Paulo Jorge Meneses Fernandes

CUSTOS COM PESSOAL AFETO À COZINHA DO CENTRO ESCOLAR DE CRASTO JANEIRO A JULHO

CUSTOS COM UMA COZINHEIRA

	Valor Mensal	TOTAL
Salário Base	530,00 €	5 300,00 €
Encargos com Segurança Social 22%	114,48 €	1 488,24 €
Seguro de Acidentes de Trabalho		85,00 €
Subsídio de Alimentação	- €	- €
Subsídio de Férias	530,00 €	530,00 €
Susídio de Natal	530,00 €	530,00 €
Indeminização	530,00 €	530,00 €
TOTAL CUSTOS		8 463,24 €
 CUSTO TOTAL	 8 463,24 €	
CUSTO MENSAL	846,32 €	

ADENDA AO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E O CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS – ANO LETIVO 2015-2016

O Município de Ponte da Barca, titular do cartão de identificação de entidade equiparado a pessoa coletiva número 505676770, representado por António Vassalo Abreu, na qualidade de Presidente da Câmara,

e

O Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, titular do cartão de identificação de entidade equiparado a pessoa coletiva número 503 255 084, representada por Inocêncio Lobo de Araújo, na qualidade de Presidente da Direção.

Em reunião do órgão executivo municipal de 17 de agosto de 2015 foi aprovada a minuta do protocolo a celebrar com o Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, tendo por objeto definir uma parceria entre esta Edilidade e o identificado centro, com vista à confeção das refeições, do Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios.

Esta parceria estabelece as condições para a transferência financeira, calculadas na base de valores legalmente em vigor àquela data.

Sucede que, por força da publicação do Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro, o valor da retribuição mínima mensal garantida, para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2016 e 31 de julho de 2016, passa a ser de 530 euros.

Assim sendo, este Município e o citado Centro, concordam com a adenda, que se expressa através da cláusula seguinte, e passa a fazer parte integrante do texto do protocolo vigente, com efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2016.

**Cláusula Primeira
Âmbito**

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro, o número 1 da cláusula terceira do protocolo celebrado no dia 17 de agosto de 2015, passa a ter a seguinte redação:

1 - A Câmara Municipal compromete-se a transferir para o Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, mensalmente, conforme o estipulado na cláusula segunda, o valor de 1.929,00 euros até Dezembro e 2.013,55 euros a partir de Janeiro, conforme mapa demonstrativo, em anexo.

A presente adenda é lavrada em duplicado e vai ser assinada pelos representantes do Município de Ponte da Barca e do Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, sendo autenticada com selo branco ou carimbo e ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

Ponte da Barca, 14 de março de 2016

O Presidente da Câmara

António Vassalo Abreu

O Presidente da Direção

Inocêncio Lobo de Araújo



**CUSTOS COM PESSOAL AFETO AO CENTRO ESCOLAR DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS
JANEIRO A JULHO**

CUSTOS COM UM AJUDANTE DE COZINHEIRO

	Valor Mensal	TOTAL
Salário Base	530,00 €	5 300,00 €
Encargos com Segurança Social 22%	116,60 €	1 515,80 €
Seguro de Acidentes de Trabalho		85,00 €
Subsídio de Alimentação	- €	- €
Subsídio de Férias	530,00 €	530,00 €
Susídio de Natal	530,00 €	530,00 €
Indeminização	530,00 €	530,00 €
TOTAL CUSTOS		8 490,80 €

CUSTOS COM UM AJUDANTE DE COZINHEIRO

	Valor Mensal	TOTAL
Salário Base	530,00 €	5 300,00 €
Encargos com Segurança Social 22%	116,60 €	1 515,80 €
Seguro de Acidentes de Trabalho		85,00 €
Subsídio de Alimentação	- €	- €
Subsídio de Férias	530,00 €	530,00 €
Susídio de Natal	530,00 €	530,00 €
Indeminização	530,00 €	530,00 €
TOTAL CUSTOS		8 490,80 €

Custos com Gestão e Limpeza da Cantina de Entre Ambos-os-Rios

3 153,90 €

CUSTO TOTAL	20 135,50 €
CUSTO MENSAL	2 013,55 €



----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços, aprovando assim, as adendas aos protocolos supra transcritos. -----

12.9. - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE PONTE DA BARCA

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente o protocolo que se transcreve:
"Considerando que o Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer;

Considerando que o interesse público que à Autarquia compete pode ser concretizado quer através de investimentos próprios quer apoiando ou participando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

Considerando o papel fundamental que o Associativismo Desportivo desempenha no fortalecimento da sociedade, no envolvimento da população na vida do concelho, na formação dos jovens e na manutenção e incentivo à prática desportiva da comunidade;

Considerando o impacto positivo e a dimensão que possui o Torneio de Páscoa possui junto da comunidade desportiva local e regional;

Considerando que a Associação abaixo indicada preenche os seguintes requisitos:

- Possuir sede no Concelho de Ponte da Barca ou nele desenvolver atividade relevante;
- Entrega do Plano de Atividades ou Orçamento anual;
- Apresentação do relatório de contas do ano transato;
- Possuir situação dos órgãos sociais regularizada de acordo com os seus estatutos.

Proponho, a celebração de um protocolo de colaboração para a realização do IV Torneio de Páscoa com a seguinte Entidade, no montante indicado para :

- Associação Desportiva de Ponte da Barca - € 3500,00 (três mil quinhentos euros);

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 18 de maio de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,

António Vassalo Abreu

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem, podem ser concretizados quer através de investimentos próprios quer apoiando ou participando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

A Associação Desportiva de Ponte da Barca, pessoa coletiva tem, como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole desportiva nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea u), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

e

A Associação Desportiva de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 502435968, devidamente representada pelo seu Presidente Paulo Jorge Calheiros Soares e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;
é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e a Associação Desportiva de Ponte da Barca, acordam na transferência para a referida Associação dos meios financeiros necessários para apoio à realização da IV edição do Torneio de Páscoa.

Cláusula 2ª.

A Associação Desportiva de Ponte da Barca, responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir.

Cláusula 3ª.

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída à Associação Desportiva de Ponte da Barca, a **verba de 3500,00€ (três mil quinhentos euros)**.

A referida verba está assegurada através do compromisso n.º e será transferida do orçamento municipal, através da dotação orçamental / , de acordo com as opções do plano em execução e o processamento efetivado em função da disponibilidade de tesouraria e da existência de fundos disponíveis, numa só fração a ser paga durante o mês de abril de 2016.

Cláusula 4ª.

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

Cláusula 5ª.

O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.

Ponte da Barca, de de 2016

Pelo Município de Ponte da Barca
O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca

António Vassalo Abreu

Pela Associação

O Presidente da Direção
Paulo Jorge Calheiros Soares"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, bem como a minuta do protocolo a celebrar. -----



12.10. - APOIO À REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS DO BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME DE VIANA DO CASTELO
- Proposta -

- Pelo senhor Vereador da Saúde, Ação Social e Juventude, foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que o Banco Alimentar Contra a Fome de Viana do Castelo veio solicitar à Câmara Municipal de Ponte da Barca uma viatura e motorista para transporte de alimentos angariados nas superfícies comerciais de Ponte da Barca para o seu armazém, em Viana do Castelo, no âmbito da campanha nacional que se irá realizar nos dias 28 e 29 de maio.

Considerando a importância de apoiar iniciativas de caráter solidário que ajudem as famílias em situação de carência e contribuam para atenuar a privação, em particular, a privação alimentar proporcionando às pessoas mais carenciadas uma perspetiva de vida condigna;

Considerando que as famílias barquenses virão a beneficiar dos produtos que venham a ser angariados através da atribuição de produtos ao longo do ano às IPSS's do concelho e à Loja Social da Câmara Municipal;

Assim, considerando que, nos termos da alínea u), do n.º 1, do art. 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal "... apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município...";

Propõe-se à Câmara Municipal de Ponte da Barca o apoio, ao nível da disponibilização de viatura e motorista, para os transportes necessários com vista à operacionalização em Ponte da Barca da campanha Banco Alimentar Contra a Fome a realizar nos próximos dias 28 e 29 de maio de 2016.

Ponte da Barca, 17 de maio de 2016

O Vereador da Saúde, Ação Social e Juventude

Ricardo Jorge Freitas Gomes Armada"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

12.11. - CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO ATÉ 1.500.000 EUROS
- Tribunal de Contas – Processo 931/2016 -
- Alteração do Texto Contratual -

- No seguimento do ofício do Tribunal de Contas, registado sob o nº 3956/2016, em 04/05/2016, pela Unidade de Finanças e Gestão Patrimonial foi emitida a informação que se transcreve: "No seguimento da devolução do processo de visto identificado, foi solicitado pelo Tribunal de Contas, no ponto 4 do ofício de devolução, a "alteração do texto contratual, ainda que por adenda, nele fazendo incluir na cláusula 1ª as finalidades específicas (projetos a financiar) e os respetivos montantes associados, nomeadamente, os montantes destinados ao projeto "Retificação e pavimentação da Estrada Intermunicipal n.º 532" e ao projecto "Loteamento do Parque Empresarial do Rodo", submetendo o novo texto à aprovação do órgão municipal competente". Assim, e de forma a dar cumprimento a este pedido, solicita-se a submissão ao órgão executivo municipal do contrato com a alteração conforme acima citado, mantendo-se a redação das outras cláusulas, aprovadas pelo Executivo em sua reunião de 7 de março de 2016.

"CLÁUSULA PRIMEIRA (Empréstimo e pressupostos) -----

1. O presente Contrato regula os termos e condições do empréstimo do montante de UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL EUROS [€ 1.500.000,00], que a CAIXA AGRÍCOLA concede ao MUNICÍPIO MUTUÁRIO, pelo prazo de vinte anos, com os pressupostos e as condições a seguir previstos, e destinado a dotar o MUNICÍPIO de meios financeiros para investimentos municipais, nomeadamente, Requalificação e Pavimentação da Estrada Intermunicipal n.º 532 no montante de investimento de € 1.260.000,00 e

Loteamento do Parque Empresarial do Rodo no montante de investimento de € 240.000,00. -----

2. O MUNICÍPIO MUTUÁRIO e o seu representante declaram que o empréstimo tem previsão orçamental, foi aprovado pela respectiva Assembleia Municipal, conforme a respectiva acta de dezanove de Fevereiro de dois mil e dezasseis, e também da acta da sessão de Câmara de quinze de Fevereiro de dois mil e dezasseis, certificadas nos documentos Anexos; e que a contratação do empréstimo e as inerentes obrigações pressupõem a sua conformidade com a Lei nº 73/2013 (Regime Financeiro das Finanças Locais e das Entidades Intermunicipais) e demais normas legais aplicáveis. -----

3. Além da verificação dos requisitos do número anterior, este contrato e o crédito pressupõem e ficam subordinados ao visto prévio favorável do Tribunal de Contas, pelo que a tomada ou concessão dos fundos, ou a primeira utilização, só poderão ocorrer após a comunicação e comprovação desse visto, perante a CAIXA AGRÍCOLA." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços, aprovando, assim, a alteração da cláusula primeira do contrato de empréstimo, mantendo-se a redação das restantes cláusulas, aprovadas pelo Executivo em sua reunião de 7 de março de 2016. -----

12.12. - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

----- Por último, a Câmara Municipal usando a faculdade que lhe confere o nº 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião. -

PONTO Nº: 14 - ENCERRAMENTO

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas dezanove horas e quarenta minutos, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----

